

PÚBLICO E AMBIENTE

LEGISLAÇÃO

PÚBLICO

► LEGISLAÇÃO NACIONAL

Lei 25/2017, de 30.05

Aprova o regime da valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público, procede à segunda alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e à quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e revoga a Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro

[Clique aqui](#)

Lei 31/2017, de 31.05

Aprova os princípios e regras gerais relativos à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa tensão

[Clique aqui](#)

DL 51/2017, de 25.05

Cria regime extraordinário de regularização matricial e registral dos bens imóveis pertencentes ao domínio privado do Estado e de outras entidades públicas

[Clique aqui](#)

DL 55/2017, de 05.06

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2017

[Clique aqui](#)

DL 63/2017, de 09.06

Decreto-Lei relativo à certificação económica de equipamentos marítimos, transpondo a Diretiva n.º 2014/90/UE

[Clique aqui](#)

Decreto Regulamentar Regional 4/2017/A, de 07.06

Execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2017

[Clique aqui](#)

Resolução do Conselho de Ministros 78/2017, de 06.06

Aprova a centralização da compra de energia na Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.

[Clique aqui](#)

Portaria 163/2017, de 16.05

Estrutura nuclear da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

[Clique aqui](#)

Portaria 165/2017, de 19.05

Alteração da Portaria n.º 172-A/2015, de 5 de junho, que fixa as regras e procedimentos aplicáveis à atribuição de apoio financeiro pelo Estado a estabelecimentos de ensino particular e cooperativo de nível não superior

[Clique aqui](#)

Portaria 178/2017, de 30.05

Cria o Balcão Único dos Tribunais Administrativos e Fiscais

[Clique aqui](#)

Portaria 179/2017, de 30.05

Identifica os requisitos formais do formulário e os elementos instrutórios a apresentar pelos interessados nos procedimentos de mera comunicação prévia e de comunicação prévia aplicáveis, respetivamente, ao funcionamento dos espetáculos de natureza artística e instalação dos recintos fixos destinados à sua realização, previstos no Decreto-Lei n.º 23/2014, de 14 de fevereiro, bem como à realização de espetáculos tauromáquicos, disciplinados pelo Regulamento do Espetáculo Tauromáquico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 89/2014, de 11 de junho

[Clique aqui](#)

Esta Newsletter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas, não devendo a informação nela contida ser usada para qualquer outro fim ou reproduzida, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização da SRS. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: marketing@srslegal.pt.

